

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

03 de março de 2017 | Número 039

BOLETIM INFORMATIVO



'Quando há um golpe, guerra, crise do capitalismo, mulheres são as primeiras a perder'

Soniamara Maranho, dirigente do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), avalia impactos da exploração dos trabalhadores e privatização das riquezas nacionais pelo governo Temer



O atual governo não eleito de Michel Temer tem aprofundado medidas que aumentam a exploração dos trabalhadores e privatizam as riquezas nacionais. As mulheres são as principais afetadas pela agenda do governo que chegou lá através

de um golpe. Essa é a avaliação de Soniamara Maranho, dirigente do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), movimento que realiza seu 8º encontro nacional em outubro deste ano. Confira na íntegra:

Qual é o cenário atual no setor energético, no que diz respeito ao petróleo e à energia elétrica do Brasil?

No caso do petróleo, existe uma disputa entre duas grandes potências pelas riquezas do planeta: a China e os Estados Unidos. Nos governos Lula e Dilma, quem avançou sobre o petróleo no Brasil foram os chineses. Ao mesmo tempo, há uma disputa geopolítica dos EUA pelo controle de todo o processo de comercialização e produção. Com o Trump na Presidência, há uma tendência a investir cada vez mais no desenvolvimento das forças produtivas dentro dos Estados Unidos, parando um pouco a tendência anterior, de fazer um governo voltado para o capital financeiro, a especulação.

Essa história do petróleo trouxe uma reviravolta na América Latina. Brasil e Venezuela têm, juntos, capacidade para produzir bilhões de barris de petróleo. Sabemos que reservas tão importantes podem gerar muito lucro no curto prazo. Por conta disso, nesses países, pode haver guerras e existem várias investidas do imperialismo e um verdadeiro aniquilamento do Estado. Um exemplo: os presidentes passam a ser meros diplomatas, não são mais quem manda no país.

No caso da energia hidrelétrica os chineses compram barragens que têm custo de produção baixíssimo. O grande negócio é privatizar essas hidrelétricas e vender a energia a um dos preços mais caros do mundo. Então, quem tem a energia a transforma em mercadoria. Veja o caso da Samarco: comprou energia subsidiada da Cemig, usou a metade para produzir minério e vendeu a outra parte no mercado livre, lucrando com a venda de energia.

Nos governos Lula e Dilma, foram produzidas várias barragens, em processos nos quais os direitos dos atingidos foram desrespeitados. Já no próximo período, não vemos perspectivas de construção de novas barragens. Agora, importa ao capital sugar, privatizar o que tem e terceirizar. Empresa privada não investe, se apropria do que já existe. Ao mesmo tempo, a tendência é que o Estado busque elaborar leis que facilitem esse processo de acumulação de capital. Adotando novas tecnologias, eles vão potencializar a retomada das taxas de acumulação com menos trabalhadores e mais precarização do trabalho. Em contrapartida, para as famílias, vão aumentar ainda mais as tarifas de energia.

O Brasil tem uma das principais reservas de água do planeta, com dois dos maiores aquíferos já identificados: o Alter do Chão e o Guarani. Existe alguma movimentação do governo para privatizar essas reservas?

Esses aquíferos têm sido estudados por universidades ligadas a empresas privadas, principalmente Nestlé e Coca Cola. Não temos muitas informações além disso, mas sabemos que há um grande mapeamento de todas as fontes de água no país, a fim de privatizá-las no futuro. Há dez anos, eu vi esse mapeamento no Sul do país e agora estou vendo aqui em Minas Gerais. E não são apenas os aquíferos, mas todo o potencial hídrico disponível para consumo humano no Brasil, que tem 12% da reserva de água doce do mundo.

Hoje, a água está mais cara que gasolina ou leite. O Aquífero Alter do Chão, aliás, tem uma das melhores águas potáveis, com um processo de filtração diferente, por exemplo, do Aquífero Guarani. Os gringos estão de olho nisso. Sem contar que grande parte da água potável também vai

Por Wallace Oliveira

embora junto com a mineração, nas barragens de rejeitos e nos dutos que transportam o minério para os portos. As mineradoras usam muita água e misturam produtos químicos nas águas que são usadas no consumo das comunidades.

O crime da Samarco (Vale e BHP Billiton) em Mariana já tem mais de um ano. Como está a luta dos atingidos hoje?

O crime da Samarco foi um dos maiores já cometidos nos níveis nacional e mundial. O processo de negociação entre empresa e atingidos foi privatizado, colocando-se o próprio responsável pelo crime para cuidar das vítimas, numa perspectiva de construir as casas das famílias em cinco, seis anos. O orçamento é baixo, frente a todo o impacto nos mais de 800 km de extensão da Bacia do Rio Doce. Mais de 4 milhões de pessoas usam a água na bacia, desde Mariana até o Espírito Santo. Elas enfrentam problemas com contaminação da água, produtos que ficam como resíduo, focos de febre amarela, entre outros. Portanto, o maior crime está acontecendo agora e consiste em negar os direitos dos atingidos.

Diante disso, a postura do governo estadual tem sido liberar licenças ambientais para essa empresa que, nesse meio tempo, já construiu outras quatro barragens. Eles estão reposicionando seu processo tecnológico porque ainda há cerca de R\$ 1 trilhão de dólares para retirar em minério de ferro pelos próximos 100 anos. Mas, com inovação tecnológica, vão gastar bem menos tempo. Nesse processo, não é mais a Samarco quem passa a coordenar, mas a Vale, que chega com um discurso de que vai salvar a pátria para continuar o processo de mineração.

A empresa também está fazendo trabalho de base com os atingidos, tentando desmobilizar, convencer as famílias de que elas não têm direitos, não têm mais necessidades. Como as famílias sempre tiveram a mineração por perto e prefeitos e vereadores dizendo que a empresa é indispensável, agora colocam trabalhadores contra atingidos, com o discurso de que indemnizar atingidos atrapalha o emprego dos trabalhadores. Enfrentar essa ideologia demora muito tempo e, nesse intervalo, a empresa tem se reorganizado na região. Mas, ao mesmo tempo, muita gente que confiava na empresa, que achava que ela era boazinha, já não acredita mais nisso e, então, se organiza e avança na construção da luta.

Você também participa da construção do 8 de março. Qual será o foco central da luta das mulheres nesse momento?

Simone de Beauvoir dizia: "Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados". Esses direitos não são permanentes, há que vigiar por toda a vida. Quando se coloca em crise qualquer processo democrático e soberano no qual as mulheres avançaram, quando há um golpe, guerra, crise do capitalismo, somos as primeiras a perder. Só para se ter uma ideia, já no fim do governo Dilma, 15% das mulheres negras estavam desempregadas.

No Brasil, a Previdência é uma área em que o capitalismo ainda estava por colocar a mão nos direitos das trabalhadoras. Como o capitalismo está em crise e só sairá dessa crise explorando ainda mais, não vai admitir que trabalhadoras tenham direitos. As mulheres do campo, por exemplo, perdem muito com isso. Além de acabar com a aposentadoria especial, a ideia do governo é que não vai haver desconto do INSS lá na venda do produto, mas o pagamento será feito de maneira individualizada. Cada pessoa vai ter que pagar cerca de R\$ 50 por mês. Nesse sentido, se uma família tem 4 ou 5 pessoas, não vai dar para pagar isso, as famílias mais pobres recebem muito pouco. E muitas mulheres não detêm a economia da família na mão. A luta do 8 de março vai contra todo o pacote de retirada de direitos conquistados e vamos às ruas. Também em março, nos dias 13 e 14 faremos a luta pelos direitos dos atingidos por barragens, e no dia 15 a Frente Brasil Popular convocando atos em todo país contra a reforma da previdência. Não há sinais de conquista, mas ameaças de aniquilamento dos direitos já conquistados. Então, nosso desafio é denunciar e lutar para manter o que conquistamos à base de muita luta.

Notícia

Sindicato não pode exigir verba de não filiados

Em repercussão geral, STF fixa constitucionalidade de contribuição imposta por convenção

Livia Scocuglia

O Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou, em repercussão geral, que é constitucional exigir de empregados não sindicalizados a contribuição assistencial, por acordo, convenção coletiva ou sentença normativa.

O tribunal decidiu reconhecer a repercussão geral da discussão e reforçar a jurisprudência da Corte de banir essa prática. O único ministro contrário à fixação da tese foi o ministro Marco Aurélio.

A proposta pela repercussão geral foi do relator do ARE 1.018.459, ministro Gilmar Mendes, que foi acompanhado por todos os ministros da Corte, com exceção do ministro Ricardo Lewandowski e da presidente Cármen Lúcia, que não votaram no plenário virtual. Agora, a decisão no caso valerá para os demais casos similares analisados pelo Judiciário.

O processo envolve o Ministério Público do Trabalho da 9ª Região e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, de Máquinas, Mecânicas, Material Elétrico, de Veículos Automotores, de Autopeças e de Componentes e partes para veículos automotores da Grande Curitiba. As partes discutiam se convenção coletiva pode instituir contribuições sindicais compulsórias a empregados não filiados.

No começo da discussão na justiça trabalhista, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região entendeu que, à exceção da contribuição sindical, a imposição de pagamento a não associados de qualquer outra contribuição ainda que prevista por acordo ou convenção coletiva, ou por sentença normativa, além de ferir o princípio da liberdade de associação ao sindicato, viola também o sistema de proteção ao salário.

No entanto, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou que a cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa que estabelece contribuição confederativa, assistencial ou outra de qualquer natureza, em favor de entidade sindical, quando obriga não sindicalizados ao seu pagamento, ofende a liberdade constitucionalmente protegida.

O caso chegou no STF por meio de agravo contra decisão de inadmissibilidade de recurso extraordinário contra acórdão do TST. Gilmar Mendes, ao analisar o processo, afirmou que para melhor entender a controvérsia seria “imperioso” fazer a distinção entre a contribuição sindical e a contribuição assistencial, também conhecida como taxa assistencial. A contribuição sindical é prevista na Constituição e instituída na CLT em prol dos interesses das categorias profissionais, com caráter tributário.

A taxa assistencial, por outro lado, é destinada a custear as atividades assistenciais do sindicato, principalmente no curso de negociações coletivas, e não tem natureza tributária.

“A questão encontra-se, inclusive, pacificada pela jurisprudência deste Supremo Tribunal, no sentido de que somente a contribuição sindical prevista especificamente na CLT, por ter caráter tributário, é exigível de toda a categoria, independentemente de filiação”, explicou Gilmar Mendes.

Segundo ele, o sindicato erra ao afirmar que, por força da CLT, o exercício de atividade ou profissão, por si só, já torna obrigatória a contribuição para entidade sindical, independentemente da vontade pessoal do empregador ou do empregado. “Isso aplica-se apenas para as contribuições sindicais”.

<https://jota.info/trabalho/sindicato-nao-pode-exigir-verba-de-nao-sindicalizados-24022017>



Artigos

Portarias devem impedir reposição de demissões voluntárias

Daniel Rittner

O governo deverá publicar novas portarias reduzindo o limite de pessoal nas estatais que fizeram planos de demissão voluntária ou de aposentadoria incentivada nos últimos meses. A ideia é aproveitar o enxugamento dos quadros pela saída espontânea dos funcionários para vedar formalmente a possibilidade de reposição por meio de concursos. No Banco do Brasil e na Caixa, haverá "zero reposição" e os limites vão diminuir na mesma quantidade de adesões aos planos implementados recentemente, segundo o secretário de Coordenação e Governança de Empresas Estatais (Sest) do Ministério do Planejamento, Fernando Soares.

Cerca de 9,4 mil empregados se desligaram do Banco do Brasil. A Caixa tinha a expectativa de atrair dez mil pessoas ao programa de demissão voluntária lançado no início de fevereiro, que ficou aberto até segunda-feira. Não houve divulgação do número de adesões. O Banco do Brasil e a Caixa têm hoje, respectivamente, limite fixado de 115.495 e 97.732 empregados.

No caso da Eletrobras, que está prestes a abrir um PDV para cerca de 5 mil pessoas, a perspectiva é não haver reposição. Apenas a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que conseguiu pouco mais de cinco mil adesões, poderá fazer contratações equivalentes a 25% do pessoal que saiu. O quadro máximo dos Correios é de 118,6 mil funcionários

"Cada caso é um caso. Mas, de forma geral, as estatais precisam melhorar seus resultados, aumentar a produtividade e, principalmente os bancos, se adequar às mudanças tecnológicas", afirma o secretário.

Para ele, os programas de demissão voluntária e aposentadoria incentivada têm dado uma importante contribuição no esforço de saneamento das empresas e compensado o gasto inicial com indenizações: "Eles estão tendo payback em dez meses."

Soares prepara o lançamento, nas próximas semanas, de um novo boletim - provavelmente bimestral - das empresas estatais. A ideia é elevar o grau de transparência sobre os principais dados das 153 companhias sob controle direto ou indireto da União, com informações como aportes, investimentos e quadro de empregados.

Ciente de que as estatais não estão em condições de gerar dividendos e reforçar as contas públicas, Soares avalia que uma colaboração ao ajuste fiscal pode vir com a redução dos aportes feitos pelo Tesouro nas empresas.

De 2015 para 2016, a União aumentou suas capitalizações de R\$ 3 bilhões para R\$ 5,4 bilhões, principalmente devido à injeção de recursos na Eletrobras. O secretário garante que esse número vai ser menor neste ano, mas acha muito cedo para cravar uma estimativa. "Zerar totalmente é bastante difícil, mas não temos espaço fiscal para novos aportes. Como as receitas não estão se recuperando como gostaríamos, fica inviável", afirma Soares. A crise econômica e o agravamento das contas nas estatais derrubaram os dividendos pagos ao governo. Em 2015, a União recebeu R\$ 22,1 bilhões - quase 40% do que o recorde de 2012. No ano passado, foram só R\$ 5,6 bilhões.

<http://www.valor.com.br/brasil/4882406/portarias-devem-impedir-reposicao-de-demissoes-voluntarias>

Temer e a pouca vergonha de nossos tempos

Eugenio Aragão*

As frações de informação tornadas públicas na entrevista do advogado José Yunes, insistente apresentado pelos esbulhadores do Palácio do Planalto como desconhecido de Michel Temer, embrulham o estômago, causam ânsia de vômito em qualquer pessoa normal, medianamente decente.

Conclui-se que Temer e sua cambada preparam a traição à Presidenta Dilma Vana Rousseff bem antes das eleições de 2014. A aliança entre o hoje sedizente presidente e o correntista suíço Eduardo Cunha existia já em maio daquele ano, quando o primeiro recebeu no Palácio do Jaburu, na companhia cúmplice de Eliseu Padilha, o Sr. Marcelo Odebrecht, para solicitar-lhe a módica quantia de 10 milhões de reais. Não para financiar as eleições presidenciais, mas, ao menos em parte, para garantir o voto de 140 parlamentares, que dariam a Eduardo Cunha a presidência da Câmara dos Deputados, passo imprescindível na rota da conspiração para derrubar Dilma.

Temer armou cedo o golpe que lhe daria o que nunca obteria em uma disputa democrática: o mandato de Presidente da República. Definitivamente, esse sujeitinho não foi feito para a democracia. É um gnomo feio, incapaz de encantar multidões, sem ideias, sem concepções, sem voto, mas com elevada dose de inveja e vaidade. Para tomar a si o que não é seu, age à sorrelfa, à imagem e semelhança de Smeágol, o destronado monstrengue do épico "O Senhor dos Anéis".

Muito ainda saberemos sobre o mais vergonhoso episódio da história republicana brasileira, protagonizado por jagunços da política, gente sem caráter e vergonha na cara, que só conseguiu seu intento porque a sociedade estava debilitada, polarizada no ódio plantado pela mídia comercial e reverberado com afínco nas redes sociais, com a inestimável mãozinha de carreiras da elite do serviço público.

O resultado está aí: o fim de um projeto nacional e soberano de desenvolvimento sustentável e inclusivo. A mais profunda crise econômica que o país já experimentou. A desconstrução do pouco de solidariedade que nosso Estado já prestou aos mais necessitados. A troca do interesse da maioria pela mesquinhez gananciosa e ambiciosa daminoria que, "em nome do PIB" ou "do mercado", se deu o direito de rasgar os votos de 54 milhões de brasileiros e brasileiros. Rasgaram-nos pela fraude e pelo corrompimento das instituições, com o único escopo de liquidar os ativos nacionais e fazer dinheiro rápido e farto, como na privatização de FHC. Dinheiro que o cidadão nunca verá.

É assim que se despedeça e trucida a democracia: dando o poder a quem perdeu as eleições, garantindo aos derrotados uma fatia gigantesca do governo usurpado e até a nomeação de um dos seus para o STF, para assegurar vida mansa a quem tem dívidas com a justiça. A piscadela de Alexandre de Moraes a Edison Lobão, na CCJ, diz tudo.

Assistiremos a tudo isso sem nenhum sentimento de pudor?

A essa altura dos acontecimentos, o STF e a PGR só podem insistir na tese da "regularidade formal" do impedimento da Presidenta Dilma Rousseff com a descarada hipocrisia definida por Voltaire como "cortesia dos covardes".

Caiu o véu da mentira. Não há mais como negar: o golpe foi comprado e a compra negociada cedinho, ainda no primeiro mandato de Dilma. O golpe foi dado com uma facada nas costas, desferida por quem deveria portar-se com discreta lealdade diante da companheira de chapa. O Judas revelado está.

E os guardiões da Constituição? Lavarão as mãos como Pilatos - ou tomarão vergonha na cara?

*Eugenio Aragão é sub-procurador-geral da República e foi ministro no governo de Dilma antes do golpe.

<http://jornalqgn.com.br/noticia/temer-e-a-pouca-vergonha-de-nossos-tempos-por-eugenio-aragao#.WLSq8mPOkwE.facebook>

Crimes de lesa-pátria estão sendo praticados em série

Além da execração do Estado nacional, os ataques também avançam sobre o sistema econômico privado

*José Álvaro de Lima Cardoso



Cerimônia de batismo da Plataforma P-52, ao lado de funcionários da Petrobras / Ricardo Stuckert

O governo divulgou no último dia 22 os novos índices de exigência de conteúdo local no setor de petróleo e gás. A destruição da política de conteúdo local, um dos pilares da lei de Partilha, é parte constitutiva do golpe, como até as pedras já sabiam.

Haverá, conforme matérias publicadas na imprensa, uma redução média de 50% nos percentuais de equipamentos e serviços produzidos no país exigidos em licitações de exploração de petróleo e gás. Nas plataformas marítimas, cujo conteúdo local atual é de 65%, a exigência será de apenas 25%. Estas novas regras valerão já para a 14ª rodada de licitações, que deve ocorrer em setembro, e para a terceira rodada de leilões de blocos no pré-sal, prevista para novembro.

Segundo estimativa da Associação Brasileira dos Produtores de Máquinas (Abimaq), o índice de 25% será consumido apenas com serviços, mesmo desconsiderando produtos industriais e de engenharia que entram na cadeia de serviços.

Reducir índices de conteúdo local, em meio à maior crise da história do capitalismo e à maior recessão do país diz muito sobre o governo atual, significa perda dramática de mercado para as empresas brasileiras e mais demissões, num país que já amarga taxas, em algumas regiões, acima de 20% de desemprego. China, Singapura, e outros países que têm política industrial estruturada, agradecem muito a decisão do governo entreguista, pela renda e os empregos gerados em seus respectivos países.

O governo alega que o conteúdo local leva à corrupção e à baixa competitividade da indústria nacional. Uma afirmação sobre o risco de corrupção, vinda de um governo como esse, é de um sarcasmo infinito.

A política de conteúdo local, forma uma das bases que constitui o tripé para exploração da riqueza do pré-sal, juntamente com: a) exclusividade da Petrobras na exploração dos poços; b) exigência de que a empresa brasileira participe com pelo menos 30% dos investimentos em cada um dos poços do pré-sal. Estas duas últimas exigências já foram ceifadas pelo governo através de Lei, que, na prática, foi o cumprimento da promessa de José Serra à Chevron de acabar com a Lei de Partilha, conforme publicado pela organização WikiLeaks.

Já se sabia que acabar com a política de conteúdo local, por parte deste governo, era uma questão de tempo. A política de conteúdo local foi responsável, em grande parte, pelo renascimento da indústria naval no Brasil (que agora vai definhando).

A exigência de conteúdo local, que precede a própria Lei de Partilha, e obriga a Petrobras a comprar mais de 65% de bens e serviços no Brasil, tem o objetivo de alavancar a indústria e os serviços nacionais. A Lei tem uma importância evidente, pela relevância do setor de petróleo e gás e pelo peso extraordinário que a Petrobras tem na economia brasileira, mesmo após a pancadaria que vem sofrendo há três anos, e que constitui o chamado golpe dentro do golpe. O desmonte da empresa está sendo providenciado com rapidez.

Recentemente, a direção da Petrobras convidou somente empresas estrangeiras para participar de licitação para a construção da unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Empresas que não têm outras unidades no país. Como no momento tentar privatizar seria difícil, pelo simbolismo da empresa, estão desvalorizando o preço dos ativos para facilitar a venda, e acabando com que a empresa tem de melhor, que é a integração do "poço ao posto". Estão vendendo o filé do patrimônio para multinacionais, à preço de banana e com ativos depreciados, e condenando a empresa à produção e comercialização de óleo cru.

Além de liquidar com a lei de Partilha - o que já fizeram em boa parte - tem também que destruir a Petrobras para entregar o nosso petróleo às estrangeiras, que não tem nenhum compromisso com os países nos quais se instalaram, como revela a história do petróleo do mundo. Em absolutamente todos os países onde a política do petróleo está ajustada aos interesses do país, há políticas de valorização da produção local, com desenvolvimento da tecnologia e da engenharia, e política macroeconômica adequada.

No Brasil, montaram uma operação, a Lava Jato, que destruiu as empresas de engenharia fornecedoras da Petrobras, e que, com o pretexto de recuperar R\$ 6,2 bilhões (este dado está superestimado para obter apoio público), provocaram, somente em 2015, um prejuízo de R\$ 140 bilhões à economia brasileira. O estrago que a Lava Jato causou, alavancando a destruição da economia e auxiliando a ascensão dos corruptos ao núcleo de poder, ilustra com riqueza a existência do golpe contra a democracia.

O Brasil foi o único caso do mundo onde um grupo de procuradores, idiotizado pela ideologia, que nada entende de economia, destruiu, em nome do combate à corrupção, um setor da economia altamente competitivo, gerador de riqueza, tecnologia, e milhões de empregos. O ataque que o Brasil e o seu povo vêm sofrendo é inusitado. Está em franco funcionamento uma máquina de destruição do Estado social brasileiro, de entrega do patrimônio nacional e de liquidação de direitos, obtidos à duras penas nos últimos 70 anos.

Além da execração do Estado nacional, os ataques também avançam sobre o sistema econômico privado, ao destruir as empresas de engenharia nacionais e abrir espaços para as multinacionais do setor. O processo de entrega e de queima do patrimônio nacional está sendo realizado propositalmente muito rápido, para não dar tempo da população reagir. São crimes de lesa-pátria, cometidos em série e encaminhados por uma quadrilha que tomou o poder de assalto.

* Economista e supervisor técnico do Dieese-SC

<https://www.brasildefato.com.br/2017/02/28/artigo-crimes-de-lesa-patria-estao-sendo-praticados-em-serie/>

Opinião

As reformas do governo Temer e a ação sindical

É preciso concentrar ação e força na base eleitoral do deputado e do senador. Só assim será possível retirar ou minimizar as perversidades que o mercado quer impor ao povo, por ganância e desumanidade.

Marcos Verlaine*

Está claro que o governo do presidente Michel Temer “fincou o bambu do lado grosso”. As propostas de reformas da Previdência e trabalhista expressam demandas há muito desejadas pelo mercado. As matérias terão tramitação rápida no Congresso, em particular, a da Previdência (PEC 287/16), porque desta depende a efetividade da Emenda à Constituição 95/16, que congela, em termos reais, o gasto público por 20 anos. Mas apenas os primários: saúde, educação, segurança, salários, etc. As despesas financeiras do governo estão intocadas. Em particular, aquelas relacionadas aos juros e serviços da Dívida Pública.

As reformas não são apenas desonestas, amparadas em argumentos oficiais falsos, mas, também são injustas, porque apresentadas numa conjuntura de retração da economia, com altos índices de desemprego e redução da renda das famílias. Assim, são colocadas como solução para a crise. Entretanto, nos países onde foram aplicadas essas políticas restritivas, a crise não foi aplacada. Pelo contrário! Essas propostas não são reformas, pois não melhoram nada! São desmonte!

Num quadro desses, é preciso ampla mobilização, com forte esclarecimento na base dos trabalhadores. Isto é, agora não é hora de doutrinação política, é necessário esclarecimento sobre o conteúdo das propostas enviadas pelo governo para exame do Congresso. Então vamos lá.

Idade, tempo de contribuição e benefício

A PEC 287/16 mexe com o tripé estruturante da Previdência Social, que é a **idade**, aumentando para no mínimo 65 anos (homem e mulher) para aposentadoria; o **tempo de contribuição**, que amplia dos atuais 15 para 25 anos; e o **valor do benefício**, que sofrerá redução drástica.

Então, é preciso explicar para toda a sociedade que para ter direito à aposentadoria, o trabalhador, na sua maioria, terá que esticar seu tempo de trabalho por mais, pelo menos, 10 anos, com acréscimo de mais 10 anos de contribuição, para ter um benefício menor, com menos tempo para usufruir.

Trabalhadores rurais

É preciso dizer, por exemplo, também, que se o texto for aprovado como foi enviado ao Legislativo, o trabalhador rural terá ainda mais dificuldades de receber a aposentadoria ou pensão. Isto porque essa categoria de assalariados, pelas regras atuais, se aposenta comprovando 15 anos de atividade no campo, mais 60 anos, se homem, e 55, se mulher.

Pelo que propõe o governo, esse trabalhador ou trabalhadora do campo, que é inserido no trabalho muito cedo, muitos, ainda criança, passa a ser exigido, no mínimo, 65 anos de idade e 25 anos de contribuição. Com regras assim, muitos trabalhadores não alcançarão a idade mínima exigida e serão condenados a morrer antes de receber seu benefício.

Proventos integrais

Outra informação relevante que precisa ser explicada à exaustão é que, na proposta do governo, para o trabalhador celetista ou servidor público se aposentar com benefícios integrais, que é o teto do Regime Geral, R\$ 5.531,31, só será possível se contribuir por no mínimo 49 anos. Ou seja, será inatingível num quadro de desemprego crescente e recessão que não arrefece.

Benefício assistencial

É preciso dizer ainda, que o Benefício da Prestação Continuada (BPC) para idoso e deficiente carente não será mais igual ao salário mínimo. Além de ser reduzido em até 60%, para ter direito, o beneficiário terá a idade aumentada de 65 para 70 anos.

Mudanças na CLT

Em relação ao PL 6.787/16, que propõe alterações na legislação trabalhista, o centro do debate, recorrente, diga-se de passagem, é o **negociado sobre o legislado**. Porque, liquidar com a legislação trabalhista é o sonho de consumo de parcela expressiva do empresariado brasileiro.

Na esteira do fim da CLT, vem a **extinção da Justiça do Trabalho**, porque não havendo legislação trabalhista, a Justiça trabalhista perde objeto, perde sentido prático. E, com o fim da Justiça laboral, se esvai, acaba, o **Direito do Trabalho**.

Trabalho, pois sem legislação, sem Justiça do Trabalho, o Direito do Trabalho não terá matéria prima para se referenciar. Portanto, ao fim e a cabo, prevalecerá o acordo entre as partes. Se, sob a égide da lei, o empregador atropela direitos e conquistas, imagine sem lei!

Sem referências legislativas, que hoje impõem negociações para cima, para além da lei, para acrescentar ou ampliar direitos, os sindicatos e, por consequência, os trabalhadores perderão, com negociações rebaixadas. Vem nesse diapasão, a **terceirização geral** da mão de obra, que enfraquece a organização sindical, sem falar que joga esse trabalhador numa condição de subempregado. Mas há, ainda, o **trabalho intermitente ou jornada flexível de trabalho**, que destrói o emprego, com salário e jornada definidos em contrato líquido e certo.

Ação sindical

Então, para combater esta agenda que liquida o emprego e as proteções legais do trabalhador, no caso da contrarreforma trabalhista, e a aposentadoria dos atuais e futuros segurados, com drásticas reduções nos benefícios dos assalariados, com a contrarreforma da Previdência, será preciso atuar nas bases eleitorais dos deputados. Mas isso não deve implicar em não comparecer no Congresso e procurar o deputado. Pelo contrário.

Lá, onde o deputado vive e faz política é o local onde precisa mostrar para o eleitor que está em curso mais uma tentativa radical de lhe tirar o emprego, o trabalho digno, com salário digno, e, ainda o direito de se aposentar ou ter pensão ou ainda ter acesso à assistência nos momentos de infortúnio.

Em suma, é preciso concentrar ação e força na base eleitoral do deputado e do senador. Só assim será possível retirar ou minimizar as perversidades que o mercado quer impor ao povo, por ganância e desumanidade.

* Jornalista, analista político e assessor parlamentar do Diap

<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/26758-as-reformas-do-governo-temer-e-a-acao-sindical>

Leia também:

A reforma trabalhista é tão ruim quanto à previdenciária

http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26764:a-reforma-trabalhista-e-tao-ruim-quanto-a-previdenciaria&catid=45:agencia-diap&Itemid=204

Reforma trabalhista e fontes de direito

<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/26193-antonio-queiroz-reforma-trabalhista-e-fontes-de-direito>



Lula vai lançar “Plano Nacional de Emergência” contra cortes e abusos de Temer

Entre as propostas do plano estão a criação de um Fundo de Desenvolvimento e Emprego, reajuste de 20% nos valores do Bolsa Família e aumento real do salário mínimo, além da correção da tabela do Imposto de Renda, com teto de isenção superior ao atual.



Líder em todos os cenários de intenção de voto para as eleições presidenciais de 2018, Luiz Inácio Lula da Silva já prepara um plano econômico de emergência para embasar sua candidatura. Lula pretende subir o tom da oposição contra as políticas de Michel Temer, lançando uma espécie de “programa nacional de emergência” para o País sair da crise.

O foco da plataforma para 2018 insistirá que o Brasil não vai conseguir reduzir o número de 12,9 milhões de desempregados se não ampliar o crédito para a produção e o consumo. Entre as propostas que Lula e a cúpula do PT defendem para enfrentar a crise estão a criação de um Fundo de Desenvolvimento e Emprego, reajuste de 20% nos valores do Bolsa Família e aumento real do salário mínimo, além da correção da tabela do Imposto de Renda, com teto de isenção superior ao atual.

As informações são de reportagem de Vera Rosa no Estado de S.Paulo.

“Com um discurso em defesa de novas eleições diretas e disposto a antecipar o lançamento de seu nome ao Planalto, Lula tem aparecido em vídeos dizendo que Temer ‘só sabe cortar’.

Na lista dos economistas com quem Lula sempre conversa constam Luiz Gonzaga Belluzzo e Nelson Barbosa, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento na gestão Dilma.”

<http://www.revistaforum.com.br/2017/03/01/lula-vai-lancar-plano-nacional-de-emergencia-contra-cortes-e-abusos-de-temer/>

Manifesto de intelectuais pede a candidatura Lula

Paulo Moreira Leite*

Numa iniciativa que responde à escolha que milhões de brasileiros manifestam com clareza sempre que lhe perguntam quem deve governar o país, o lançamento da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República começa a tomar forma e conteúdo.

A partir desta segunda-feira, 6 de março, todo cidadão brasileiro será convidado a colocar seu nome, através de uma plataforma aberta na internet, a um abaixo assinado que solicita a Lula considerar “a possibilidade de, desde já, lançar sua candidatura a Presidência da República como forma de garantir ao povo brasileiro a dignidade, o orgulho e a autonomia que perderam.”

“O Brasil precisa de Lula,” diz o documento, lembrando que ele assegurou “significado substutivo e autêntico à democracia brasileira. Descobrimos, então, que não há democracia na fome, na ausência de participação política efetiva, sem educação e saúde de qualidade, sem habitação digna, enfim, sem inclusão social.” (Leia a íntegra do documento abaixo).

Na fase inicial, o abaixo assinado já recebeu a adesão inicial de cinco centenas de cidadãos engajados na luta pela democracia, intelectuais e lideranças da sociedade civil.” Leonardo Boff é a assinatura número 1, o jornalista e escritor Fernando de Moraes comparece com a número 2, o ex-ministro da Justiça Eugênio Aragão é a número 6, Chico Buarque é a 9. O líder do MST, João Pedro Stédile é a número 10 e o jurista Fábio Konder Comparato a 11.

O documento, que deve ser anunciado e debatido em eventos com a presença do próprio Lula marcados que para as próximas semanas, é uma iniciativa de intelectuais e personalidades reconhecidos por seu engajamento na luta pela democracia, a começar por Leonardo Boff. Também participaram o jornalista Eric Nepomuceno, dois juristas da PUC do Rio de Janeiro, Gisele Cittadino e João Ricardo Dornelles, e também Carol Proner, da UFRJ.

CARTA DAS(OS) BRASILEIRAS(OS)

Por que Lula?

É o compromisso com o Estado Democrático de Direito, com a defesa da soberania brasileira e de todos os direitos já conquistados pelo povo desse País, que nos faz, através desse documento, solicitar ao ex-Presidente Luiz Inácio LULA da Silva que considere a possibilidade de, desde já, lançar a sua candidatura à Presidência da República no próximo ano, como forma de garantir ao povo brasileiro a dignidade, o orgulho e a autonomia que perderam.

Foi um trabalhador, filho da pobreza nordestina, que assumiu, alguns anos atrás, a Presidência da República e deu significado substutivo e autêntico à democracia brasileira. Descobrimos, então, que não há democracia na fome, na ausência de participação política efetiva, sem educação e saúde de qualidade, sem habitação digna, enfim, sem inclusão social. Aprendemos que não é democrática a sociedade que separa seus cidadãos em diferentes categorias.

Por que Lula? Porque ainda é preciso incluir muita gente e reincluir aqueles que foram banidos outra vez; porque é fundamental para o futuro do Brasil assegurar a soberania sobre o pré-sal, suas terras, sua água, suas riquezas; porque o País deve voltar a ter um papel ativo no cenário internacional; porque é importante distribuir com todos os brasileiros aquilo que os brasileiros produzem. O Brasil precisa de Lula!

*Jornalista e escritor

Seguem 424 assinaturas. Confira em:

<http://www.brasil247.com/pt/blog/paulomoreiraleite/282761/Manifesto-de-intelectuais-pede-a-candidatura-Lula.htm>

Acontecendo

**REFORMA DA PREVIDÊNCIA
Diga Não!**

Em Março
A EDUCAÇÃO VAI PARAR!

8 DIREITOS
DIA INTERNACIONAL DA MULHER MARÇO NA PREVIDÊNCIA NA VIDA E NO TRABALHO

GREVE GERAL
NACIONAL DA EDUCAÇÃO
15 de março de 2017

É PRECISO RESISTIR. VENHA PARA A LUTA!

CUT-DIEESE

Seminário
CUT-DIEESE

REFORMA DA PREVIDÊNCIA E AÇÃO SINDICAL

09 e 10 de março

CUT DIEESE

Programação

09/03

9h – Abertura;
10h – A Seguridade Social e a Previdência: atribuições e fontes de financiamento;
14h – Contexto e motivação da Reforma da Previdência;
16h – A PEC 287, conteúdo, impacto geral e sua tramitação

10/03

9h – A PEC e os impactos nos diversos segmentos populacionais: servidores, professores, mulheres e rurais;
14h – A proposta da PEC à luz da experiência internacional e latino-americana;
16h – Reforma da Previdência: a ação sindical e dos movimentos sociais.

Local : Auditório Paulo Freire, SINPRO-DF,
Horário: 0900

ESPECIAL

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

DIEESE **CGTB** **CSB** **CTB** **CUT** **INTERSINDICAL** **LIDE** **UGT**

Atividades

Acre
Data: 08/03/2017
Horário: 14h
Local: Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre (Sintec)
Endereço: Rua Marechal Deodoro, 747, Centro - Rio Branco
Inscrições até 7 de março, pelo e-mail relacionamento@dieese.org.br
Mais informações: relacionamento@dieese.org.br e 0800 77 33 117

Distrito Federal
Data: 07/03/2017
Horário: 14h30
Local: Teatro dos Bancários
Endereço: EQS 314/315
Inscrições até 6 de março, pelo e-mail relacionamento@dieese.org.br
Mais informações: relacionamento@dieese.org.br e 0800 77 33 117

Mato Grosso
Data: 09/03/2017
Horário: 9h
Local: Auditório do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público do Mato Grosso (Sintep)
Endereço: Rua Mestre João Monge Guimarães, 102, Bandeirantes - Cuiabá
Inscrições até 8 de março, pelo e-mail relacionamento@dieese.org.br
Mais informações: relacionamento@dieese.org.br e 0800 77 33 177

Mato Grosso do Sul
Data: 10/03/2017
Horário: 9h
Local: Federação dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso do Sul (Fetems)
Endereço: Rua Vinte e Seis de Agosto, 2.296, Amambai - Campo Grande
Inscrições até 9 de março, pelo e-mail relacionamento@dieese.org.br
Mais informações: relacionamento@dieese.org.br e 0800 77 33 177

Roraima
Data: 08/03/2017
Horário: 14h
Local: CUT-RR
Endereço: Avenida Mário Homem de Melo, 3.873, Buritis - Boa Vista
Inscrições até 7 de março, pelo e-mail relacionamento@dieese.org.br
Mais informações: relacionamento@dieese.org.br e 0800 77 33 177

Seminários e textos de apresentação

<http://www.dieese.org.br/evento/especialReformaPrevidencia.html>



Reforma da Previdência

Curso

A Escola Nacional de Formação do PT fará curso presencial sobre a Previdência Social, com o ex-ministro Carlos Gabas.

**07 MAR
19H**

O curso terá dois objetivos principais:

- Permitir a compreensão da Reforma da Previdência proposta pelo governo golpista
- Organizar a mobilização contra a reforma a partir de um trabalho de diálogo com a população, tendo como referência os calendários da CUT e da Frente Brasil Popular

O curso será transmitido online ao vivo para todas(os) as(os) filiadas(os), e depois será disponibilizada versão gravada no portal da Escola Nacional de Formação do PT.

A transmissão ao vivo e os demais materiais e conteúdos relacionados ao Curso estarão disponíveis no endereço:

www.enfpt.org.br/curso-previdencia



Convite

O Senador Paulo Paim e o Deputado Vicentinho, convidam Vossa Senhoria para Reunião conjunta da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora, do Forum em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização e o Fórum Interinstitucional em Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social (FIDS), que realizar-se-á em 07/03/2017, terça-feira, às 09:30 horas, Plenário nº 14 - Corredor das Comissões na CÂMARA DOS DEPUTADOS

Pauta: Reforma Trabalhista e Terceirização.



8 DE MARÇO DE 2017

APOSENTADORIA FICA REFORMA SAI!



CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

100 ANOS DE GREVE GERAL • 100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA
NENHUM DIREITO A MENOS!

www.cut.org.br

[/CUTBrasil](https://facebook.com/CUTBrasil) [@cut_brasil](https://twitter.com/cut_brasil) [/cutbrasil](https://youtube.com/cutbrasil) [@cutbrasil](https://instagram.com/cutbrasil)

Breve história das mulheres no ocidente, descrevendo suas lutas em favor de seus direitos.

Documentário feito por Bernardo Arantes, Daniela Teles, Guilherme Gutierrez, Jhony Skeika, Valquíria Lopes e Taline Stadler, alunos do curso de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (2009). Orientação da Profa. Ms. Janaína de Paula

Assista

https://www.youtube.com/watch?v=_PJ0zyTF414



Reunião do Coletivo Nacional da Frente Brasil Popular

Data: 20 de Março

Hora: 9h às 17h

Local: Escola Pio XI - São Paulo

Pauta:

Analise da conjuntura politica

Programa Mínimo para enfrentar a crise

Balanço das mobilizações de 8 e 15 de março

Preparação das mobilizações de 31 de Março.



SECRETARIA DE FORMAÇÃO TUXAUA

BOLETIM INFORMATIVO

EXECUTIVA

José Avelino Barreto Neto
Presidente

Sérgio Luiz Campos Trindade
Vice-presidente

Marly Terezinha Ferreira
Secretaria Geral

Cleiton dos Santos Silva
Secretário de Administração e Finanças

Juliano Rodrigues Braga
Secretário de Assuntos Jurídicos

Sonia Maria Rocha
Secretária Org. do Ramo Financeiro

Jacy Afonso de Melo
Secretário de Formação Sindical

Jair Moraes Gomes
Secretário de Imprensa e Divulgação

Sebastião Tavares de Oliveira
Secretário de Relações e Políticas Sindicais

Márcio Ramos Saldanha
Secretário de Relações Institucionais

Conceição de Maria Costa
Secretária de Saúde e Condições de Trabalho

Clever Bonfim
Secretária de Política de Igualdade

Edvaldo Franco Barros
Secretário de Bancos Privados

André Matias Nepomuceno
Secretário de Bancos Públicos

Edson Azevedo dos Anjos Gomes
Secretário de Política Socioambiental

Raul Lídio Pedroso Verão
Secretário de Cooperativas de Crédito

Maria Aparecida Sousa
Secretária da Mulher

Rose Lidiane Ramos de Souza
Secretária da Juventude

Manoel Parreira Matos
Secretário de Combate ao Racismo

TUXAUA
SECRETARIA DE FORMAÇÃO

O que é Tuxaua?

Tuxaua é um termo indígena cujo significado varia conforme a tribo. Entre os sateré-mawé, por exemplo, o grau de influência política de um tuxaua oscila segundo inúmeros critérios, como seu conhecimento sobre o tempo dos antigos (história e mitologia de sua gente), sua capacidade como orador, seu grau de generosidade, sua habilidade para conduzir os problemas internos de sua comunidade e a tônica de suas relações com os agentes da sociedade, como patrões e políticos locais.

Tuxaua, também é sinônimo daquele que observa, articula, fomenta e motiva as capacidades pessoais e coletivas de seu povo.

A liderança do Tuxaua se caracteriza pela forma consensual como é exercida. É antes de tudo um articulador das intenções do grupo e coordenador das atividades. Portanto, tem que conviver e administrar as outras instâncias de liderança que coexistem em seu espaço de vida e atuação. É, então, o articulador e mobilizador das pessoas as quais lidera e representa.

Tuxaua foi escolhido como nome deste Boletim para homenagear a população indígena, presente e representativa no Centro-norte do Brasil e que tanto tem a nos ensinar sobre organização, respeito mútuo, liderança e articulação de ações.

O Boletim tem por objetivo estimular o debate, socializar informações e agendas, especialmente as de formação, dos sindicatos filiados à FETEC-CN/CUT.



Boletim Informativo da Secretaria de Formação FETEC-CUT/Centro Norte

Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 2254, Ed. American Center. Sala 1209 – Bairro Jardim
Aclimação – Cuiabá – MT
Fone: (65) 3363 6600

E-mail: tuxaua@feteccn.com.br